

Licença de Operação (LO)

Autoriza a operação da atividade ou empreendimento, podendo estar associada ao cumprimento da licença ambiental anterior ou à regularização da atividade, sendo estabelecidas as medidas de controle ambiental e demais condicionantes para a operação.

Requisitos / Documentos necessários*

* Caso não seja possível baixar automaticamente algum dos arquivos abaixo no Google Chrome, clique no link com o botão direito do mouse e escolha a opção **Salvar link como**, ou então abra esta página em outro navegador.

- [Cadastro de atividades de saúde](#) (hospitais, laboratórios, clínicas veterinárias e similares);
- [Cadastro de atividades industriais/fabricações](#);
- [Cadastro de oficinas mecânicas, lavagens de veículos, estacionamentos de frotistas e similares](#);
- [Cadastro de depósitos, shopping centers, supermercados e similares](#);
- [Cadastro geral de atividades](#) (caso não se enquadre nos cadastros específicos acima);
- Alvará de localização e funcionamento (se houver);
- Cópia da Carta de Habitação e Habite-se (se houver);
- Cópia do Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndios – APPCI (ou cópia do protocolo do Plano de Proteção Contra Incêndio - PPCI - no Corpo de Bombeiros);
- Cópia de última licença ambiental emitida (se houver);
- Documentos demonstrando o cumprimento das condicionantes da última licença ambiental emitida (se houver).

Principais Etapas do Serviço

- Entrada e conferência da documentação.
- Cadastro da atividade e emissão do Documento de Arrecadação Municipal (DAM)/ Taxa de Licenciamento Ambiental (TLA).
- Análise das equipes técnicas.
- Emissão da licença ambiental.

Previsão de Prazo para Realização do Serviço

Até seis meses, ressalvados os casos em que houver EIA/RIMA e parágrafos 1º e 2º do artigo 14 da Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997.

Formas de Prestação de Serviço

Análise do processo e emissão da Licença Ambiental.

O processo deverá ser requerido via [Portal de Licenciamento](#), disponível no link Serviços Urbanísticos e Ambientais.

Dúvidas e pedidos de Informações deverão ser encaminhados para o e-mail licenciamentoambiental@portoalegre.rs.gov.br.

Legislação

Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997.

Resolução CONSEMA nº 372/2018 (Dispõe sobre os empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, passíveis de licenciamento ambiental no Estado do Rio Grande do Sul, destacando os de impacto de âmbito local para o exercício da competência municipal no licenciamento ambiental).

Decreto 20.121, de 27 de novembro de 2018 (Regulamenta o atendimento ao parágrafo 1º do artigo 10 da Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), para fins de licenciamento ambiental de operação de atividades localizadas em imóveis que não possuem regularidade urbanística plena no Município de Porto Alegre).

Lei 8267, de 29 de dezembro de 1998 (Dispõe sobre o licenciamento ambiental no Município de Porto Alegre).

Lei Complementar nº 755, de 30 de dezembro de 2014 (Altera a Lei Complementar nº 7, de 07 de dezembro de 1973, que institui e disciplina os tributos de competência do Município).

Revisão #1

Criado 17 May 2024 02:08:32 por icolabora

Atualizado 17 May 2024 02:08:32 por icolabora